

Plano de golpe teve sugestão de prisão de Moraes e ofensas de Braga Netto

Candidato a vice de Bolsonaro chamou comandante do Exército de 'cagão' por não aderir a suas ideias

Ana Luiza Albuquerque

SÃO PAULO A Polícia Federal cumpriu na manhã desta quinta-feira (8) mandados de busca e prisão contra ex-ministros de Jair Bolsonaro (PL) e militares envolvidos na suposta tentativa de golpe para manter o ex-presidente no poder. Um dos alvos foi o próprio Bolsonaro, que entregou seu passaporte para a PF.

Veja as revelações que vieram à tona após a deflagração da operação.

*

Minuta do golpe

Em sua decisão que autoriza a operação, o ministro Alexandre de Moraes (STF) afirma que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve acesso e pediu modificações na chamada "minuta do golpe".

Bolsonaro teria recebido do ex-assessor Felipe Martins e do advogado Amauri Feres Saad uma minuta de decreto para executar um golpe de Estado, com a decretação de prisão de várias autoridades, como do próprio Moraes e do ministro Gilmar Men-

des, também do STF, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo as informações coletadas pelas investigações, foram realizadas alterações no texto a pedido de Bolsonaro, permanecendo a determinação de prisão de Moraes e a realização de novas eleições.

Atuação de militares

Três militares até então pouco citados no noticiário foram alvo de mandados de prisão. O major Rafael Martins de Oliveira teria direcionado os manifestantes para locais como o STF e o Congresso e realizado a coordenação financeira operacional para dar suporte aos atos antidemocráticos.

Após o segundo turno, o coronel Bernardo Romão Correia Neto teria organizado reunião com militares formados no curso de Forças Especiais (Kids Pretos), o que, segundo a PF, demonstrou planejamento para utilizar técnicas militares contra o próprio Estado brasileiro. No mesmo dia, Neto teria enviado ao tenente-coronel Mauro Cid uma minuta intitulada "Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro", documento que, de acordo com a PF, foi provavelmente discutido na reunião e utilizado como instrumento de pressão contra o então comandante do Exército, general Freire Gomes.

Há o coronel Marcelo Costa Câmara teria ficado responsável por um núcleo de inteligência não oficial de Bolsonaro, atuando na coleta de informações sensíveis e estratégicas.

Prisão de Moraes

Mensagens trocadas entre o coronel Marcelo Câmara e o tenente-coronel Mauro Cid em dezembro de 2022 indicam, segundo a PF, que os dois estavam monitorando os passos do ministro Alexandre de Moraes, com a intenção de prendê-lo para tentar dar um golpe de Estado.

O plano, segundo as investigações, era prender Moraes no dia 18 de dezembro.

Oficiais-generais golpistas

A Polícia Federal encontrou uma série de mensagens nos celulares do tenente-coronel Mauro Cid e de outros inves-

tigados que mostram que ao menos cinco oficiais-generais das Forças Armadas discutiram com o ex-presidente a ideia de um decreto golpista contra a eleição de Lula (PT).

Os oficiais-generais citados são: general Braga Netto (candidato a vice-presidente de Bolsonaro), general Estevam Theophilo (ex-chefe do Comando de Operações Terrestres), general Freire Gomes (ex-comandante do Exército), general Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e o ex-ministro Almir Garnier (ex-comandante da Marinha).

Canetada de Bolsonaro

A Polícia Federal afirma que mensagens encontradas no celular de Mauro Cid indicam que o general Estevam Theophilo teria concordado em executar as medidas que culminariam no golpe de Estado, desde que Bolsonaro assinasse o decreto que vinha sendo debatido.

Theophilo foi chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército até 1º de dezembro de 2022, dia em que realizou cerimônia para ir à reserva remunerada da Força.

Braga Netto indignado

Mensagens obtidas pela Polícia Federal mostram que Braga Netto teria chamado o então comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, de "cagão" por não aderir à tentativa de golpe.

Em outras conversas, o candidato a vice de Bolsonaro nas eleições de 2022 inventou críticas ao então comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, a quem se refere como "traidor da pátria". De acordo com a Polícia Federal, as mensagens foram enviadas por Braga Netto para Alton Barros, capitão expulso do Exército que estimulava um golpe militar em conversas com Mauro Cid.

Cenários golpistas

Há um vídeo em posse da Polícia Federal em que Bolsonaro e auxiliares discutem cenários golpistas durante reunião ministerial em 5 de julho de 2022.

"Eu vou entrar em campo usando o meu exército, meus 23 ministros (...). Nós não podemos esperar chegar aí, olhar para trás e falar: o que que nós não fizemos para o Brasil chegar à situação de hoje em dia?", disse o ex-presidente nessa reunião, segundo a transcrição feita pela PF.

Então chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), o general Augusto Heleno afirmou: "Não vai ter revisão do VAI. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa e antes das eleições. Se tiver que virar a mesa e antes das eleições."

Decisão de Moraes tem 3 vezes 'como' no lugar de 'como'

A decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes que ordenou os mandados de prisão e de busca e apreensão contra Jair Bolsonaro e seu entorno tem o mesmo erro em três passagens diferentes — a palavra "como" aparece no lugar de "como". Nas três, a substituição aparece em reproduções de pareceres da Procuradoria-Geral da República — mas a grafia está certa no texto original da PGR.



O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, chega preso à superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Pedro Lemos/Folhapress

Valdemar é preso em flagrante por posse ilegal de arma, e PF encontra também pepita de ouro

José Marques e Thaís Oliveira

BRASÍLIA O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, foi preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo nesta quinta-feira (8). O PL é o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A arma foi localizada pela Polícia Federal durante a ação de busca e apreensão no âmbito da operação que visa desarticular uma tentativa de golpe. As medidas ocorreram em seu endereço pessoal e também na sede do PL. A PF também encontrou uma pepita de ouro em posse de Valdemar.

A PF deflagrou operação contra Bolsonaro, ex-ministros e militares, incluindo investigações, como do próprio Moraes e do ministro Gilmar Men-

des, também do STF, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo as informações coletadas pelas investigações, foram realizadas alterações no texto a pedido de Bolsonaro, permanecendo a determinação de prisão de Moraes e a realização de novas eleições.

Três militares até então pouco citados no noticiário foram alvo de mandados de prisão. O major Rafael Martins de Oliveira teria direcionado os manifestantes para locais como o STF e o Congresso e realizado a coordenação financeira operacional para dar suporte aos atos antidemocráticos.

Após o segundo turno, o coronel Bernardo Romão Correia Neto teria organizado reunião com militares formados no curso de Forças Especiais (Kids Pretos), o que, segundo a PF, demonstrou planejamento para utilizar técnicas militares contra o próprio Estado brasileiro. No mesmo dia, Neto teria enviado ao tenente-coronel Mauro Cid uma minuta intitulada "Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro", documento que, de acordo com a PF, foi provavelmente discutido na reunião e utilizado como instrumento de pressão contra o então comandante do Exército, general Freire Gomes.

Há o coronel Marcelo Costa Câmara teria ficado responsável por um núcleo de inteligência não oficial de Bolsonaro, atuando na coleta de informações sensíveis e estratégicas.

Mensagens trocadas entre o coronel Marcelo Câmara e o tenente-coronel Mauro Cid em dezembro de 2022 indicam, segundo a PF, que os dois estavam monitorando os passos do ministro Alexandre de Moraes, com a intenção de prendê-lo para tentar dar um golpe de Estado.

O plano, segundo as investigações, era prender Moraes no dia 18 de dezembro.

Oficiais-generais golpistas

A Polícia Federal encontrou uma série de mensagens nos celulares do tenente-coronel Mauro Cid e de outros inves-

tigados que mostram que ao menos cinco oficiais-generais das Forças Armadas discutiram com o ex-presidente a ideia de um decreto golpista contra a eleição de Lula (PT).

Os oficiais-generais citados são: general Braga Netto (candidato a vice-presidente de Bolsonaro), general Estevam Theophilo (ex-chefe do Comando de Operações Terrestres), general Freire Gomes (ex-comandante do Exército), general Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e o ex-ministro Almir Garnier (ex-comandante da Marinha).

A Polícia Federal afirma que mensagens encontradas no celular de Mauro Cid indicam que o general Estevam Theophilo teria concordado em executar as medidas que culminariam no golpe de Estado, desde que Bolsonaro assinasse o decreto que vinha sendo debatido.

Theophilo foi chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército até 1º de dezembro de 2022, dia em que realizou cerimônia para ir à reserva remunerada da Força.

e é alvo de outras investigações no STF. Ele está ineligível até 2023.

A Polícia Federal afirma que o PL foi instrumentalizado "para financiar a estrutura de apoio as narrativas que alegavam supostas fraudes às urnas eletrônicas, de modo a legitimar as manifestações que ocorriam em frente às instalações militares".

O ápice da instrumentalização, segundo a PF, ocorreu quando a coligação Pelo Bem do Brasil (formada por PL, Republicanos e Progressistas) entrou com uma ação judicial com um pedido que, na prática, "anulava os votos computados pelas urnas eletrônicas antes de 2022".

A investigação pelo ex-presidente do PL no que chama de "Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral" Segundo a PF, coube a Valdemar "financiar, divulgar pelo TSE, por ataques e reuniões sobre o sistema eleitoral

a atuação da rede de "especialistas" que subsidiaram "estudos técnicos" que comprovaram supostas fraudes nas eleições presidenciais de 2022".

"Os investigadores atuaram de forma coordenada, em unidade de desígnios, para descreditar o sistema eletrônico de votação que regia as eleições presidenciais de 2022, utilizando-se de diversos meios, proclamados como 'técnicos' para gerar a formação de uma primeira impressão", diz trecho da representação.

Ação foi batizada de Tempus Veritatis e investiga uma organização criminosa que, diz a PF, atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito "para obter vantagem de natureza política com a manutenção do então presidente da República no poder".

As medidas autorizadas por Moraes estão no âmbito de inquérito das milícias digitais.